
DESIGUALDADE NOS GASTOS EM CONSUMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE REGIONAL NO PERÍODO DE 2002 A 2018

Inequality in consumer spending in Brazil: a regional analysis from 2002 to 2018

Alexandre Nogueira Mugnaini Junior

Economista. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM), foi bolsista CAPES e CNPq. Av. Colombo 5790, Bloco C34, Sala 5. CEP: 87020-900, Maringá (PR). alexandremugnaini@gmail.com

Marina Silva da Cunha

Economista. Doutora em Economia Aplicada. Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. Av. Colombo 5790, Bloco C34, Sala 5. CEP: 87020-900, Maringá (PR). mscunha@uem.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a evolução na desigualdade e na composição dos gastos em consumo para o Brasil e suas grandes regiões, utilizando os dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. Verificou-se redução da desigualdade na distribuição dos gastos em consumo, especialmente de 2008-2009 para 2017-2018, em todas as regiões, principalmente nas Regiões Sul e Centro-Oeste. Para a redução das desigualdades, destacam-se as despesas com saúde de 2002-2003 para 2008-2009, especialmente nas Regiões Nordeste e Sudeste. De 2008-2009 para 2017-2018, as despesas com habitação foram fundamentais na redução da desigualdade na distribuição do consumo em todas as regiões, principalmente na Região Norte. Apesar da redução da desigualdade da distribuição dos gastos em consumo, ainda se evidencia a permanência de heterogeneidades regionais no País.

Palavras-Chave: orçamento familiar; desigualdade; consumo; bem-estar; regiões.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the evolution in inequality and in the composition of consumer spending for Brazil and regions, using data from the Consumer Expenditure Surveys (POF's) of 2002-2003, 2008-2009 and 2017-2018. There was a reduction in inequality in the distribution of spending on consumption, especially from 2008-2009 to 2017-2019 in all regions, mainly in the South and Midwest regions. In order to reduce inequalities, health expenditures from 2002-2003 to 2008-2009 stand out, especially in the Northeast and Southeast regions. From 2008-2009 to 2017-2018, housing expenses were instrumental in reducing inequality in the distribution of consumption in all regions, especially in the North. Despite the reduction in inequality in the distribution of spending on consumption, regional heterogeneities in the country are still evident.

Keywords: family budget; inequality; consumption; welfare; regions.

JEL: I38; R10; D12; D63.

1 INTRODUÇÃO

Os rendimentos proporcionam bem-estar às famílias através da compra de produtos e serviços, ou seja, constituem-se em um meio para adquirir melhor qualidade de vida, apesar de não gerar bem-estar por si só. De fato, a desigualdade na distribuição de renda pode não se constituir no melhor indicador do nível de bem-estar, que depende da composição dos gastos das famílias (ATKINSON, 2016). Nesse sentido, verificar o nível da desigualdade na distribuição da cesta de consumo das famílias é uma maneira de evidenciar as diferenças de acesso a bens e serviços de determinada sociedade.

A desigualdade na distribuição dos gastos em consumo é menor do que a desigualdade na distribuição da renda, principalmente devido ao crédito e à acomodação da renda transitória, conforme Attanasio, Hust e Pistaferri (2012), em um estudo para os Estados Unidos¹. Por sua vez, Attanasio e Pistaferri (2016) observaram que as famílias conseguem evitar quedas no consumo frente a quedas temporárias nos salários e rendas, mas quando esse choque permanece por mais tempo, as famílias acabam reduzindo o consumo. Para Jones e Klenow (2016), que analisaram o bem-estar em diversos países, o bem-estar no Brasil em relação ao seu nível de produto *per capita* é menor do que essa relação observada para os Estados Unidos.² Além disso, ao desagregarem esse resultado, identificaram a expectativa de vida e a desigualdade na distribuição do consumo como os fatores que mais impactaram nesse nível de bem-estar do Brasil.

No Brasil, há diversos trabalhos que discutem as despesas em consumo. Há evidências de que alguns itens da cesta contribuíram para reduzir as desigualdades na distribuição do consumo, como educação e alimentação, e outros, para aumentar essas desigualdades, como habitação e vestuário (SILVEIRA NETO; MENEZES, 2010). Ao analisar a distribuição dos gastos com consumo de alimentos, observou-se que a desigualdade é menor do que a obtida para o consumo total, pois os mais ricos gastam uma pequena parcela de seu orçamento com alimentos, enquanto os mais pobres gastam uma maior parte de seu orçamento com essa despesa (CASTRO; MAGALHÃES, 1998; PINTOS-PAYERAS, 2008; COELHO; AGUIAR; FERNANDES, 2009). Para Leite (2015), quanto mais ricas as famílias, menor é a proporção do consumo em relação à renda. Além disso, Vaz e Hoffmann (2020) apontaram que o aumento proporcional na aquisição de produtos em relação ao aumento na renda depende do item e do estrato de renda. Por exemplo, o aumento de renda entre os mais pobres aumenta o consumo de azeite de oliva, e nos estratos de maior renda, notam-se maiores gastos em laticínios e orgânicos. Por outro lado, há itens em que o aumento da renda está associado à redução na quantidade consumida, como arroz e farinha de mandioca, entre os mais ricos.

Outros trabalhos abordaram mais especificamente alguns itens da cesta de consumo, como os gastos com saúde, com cultura e educação. No caso da saúde, observaram que famílias de menor renda comprometem maior parte de sua renda com medicamentos, e famílias de maior renda, com planos de saúde. Além disso, evidenciam que de 1996 até 2009 os mais pobres deixaram de gastar com saúde mais que os mais ricos (MENEZES *et al.*, 2006; GARCIA *et al.*, 2013). Com relação aos gastos com cultura, foi observado que, de 2002 para 2008, as despesas com artigos de informática e serviços de TV contribuíram para reduzir a desigualdade na distribuição dos gastos culturais, e as despesas com internet e festas contribuíram para aumentar a desigualdade. A alta desigualdade de renda e de educação no Brasil dificulta uma maior redução da desigualdade nos gastos culturais, que apresentou redução no índice de Gini, de 2002 para 2008, apenas de 0,752 para 0,750 (ALMEIDA; LIMA; GATTO, 2019). Com base na Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) de 2002-2003, Santana e Menezes (2009) e Curi e Menezes Filho (2010) constataram que

1 Segundo Milton Friedman (1957), choques transitórios na renda não têm qualquer influência no consumo, uma vez que as famílias ajustam o consumo de acordo com sua renda permanente.

2 Neste estudo, para o Brasil, foram utilizadas as informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2008.

as famílias mais pobres comprometem uma maior parte de sua renda com gastos em educação do que as mais ricas, e que, além disso, a cor ou raça não interferem no valor gasto com educação.

Adicionalmente, o Brasil é um país com diferenças regionais importantes nos indicadores sociais, como na composição e na desigualdade da distribuição dos gastos em consumo. Nesse sentido, Menezes (2006), com base em informações da POF de 2002-2003, observou que no estado de São Paulo as famílias apresentaram renda e consumo três vezes maior do que no Maranhão. Santos (2008) verificou que no Norte cerca de 70% das famílias tinham um consumo mensal de menos de R\$ 200,00 em 2002-2003; no Nordeste, esse percentual era de 90%, em contraste com o Sudeste e o Sul, onde esse percentual era de 50% e 40%, respectivamente. Além disso, conforme Silveira Neto e Menezes (2010), na região metropolitana de São Paulo as despesas com alimentação, cultura e educação contribuíram para aumentar a desigualdade e na região metropolitana de Recife contribuíram para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo de 1995-1996 para 2002-2003.

Portanto, a literatura indica que a composição dos gastos em consumo não é homogênea entre as famílias, além de evidenciar diferenças regionais. Nesse contexto, este estudo tem o objetivo de analisar a evolução do perfil de consumo das famílias brasileiras entre as regiões com base nos dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002-2003, de 2008-2009 e de 2017-2018. Para atingir esse objetivo, o estudo busca fornecer evidências acerca da desigualdade na distribuição do consumo, tanto para o Brasil quanto para suas regiões.

Para analisar as mudanças na desigualdade dos gastos de consumo e verificar o impacto da contribuição de cada item da despesa na mudança da desigualdade no Brasil e regionalmente, é realizada a decomposição da desigualdade a partir do índice de Gini, como realizado por Hoffmann (2004, 2006) e Silveira Neto e Menezes (2010), considerando as três POFs divulgadas pelo IBGE, nas duas primeiras décadas do século XXI.

A fim de alcançar esses objetivos, o presente estudo se divide em três seções, além da introdução. A próxima seção apresenta a abordagem metodológica para alcançar os objetivos deste trabalho. A terceira seção apresenta e discute os resultados do trabalho, considerando a literatura sobre o tema, bem como as políticas públicas implementadas ao longo do período que contribuíram para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo. Por fim, as considerações finais são apresentadas na última seção do trabalho.

2 METODOLOGIA

2.1 Dados

No Brasil, não existe uma base de dados que forneça informações para monitoramento anual de consumo das famílias. Entretanto, a POF, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traz esses dados, embora não sejam de abrangência nacional até a pesquisa de 1995-1996, mesmo que inclua regiões metropolitanas de todas as regiões do Brasil (IBGE, 2011). Já as POFs dos anos 2000 em diante já dispõem de dados de abrangência nacional.

Para compatibilizar as POFs, os valores monetários foram corrigidos com base no Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC), de acordo com as sugestões propostas por Corseuil e Foguel (2002) para amostras do IBGE. O método utiliza uma média efetiva da variação de preços dos últimos dois meses. Para deflacionar, basta dividir o valor da amostra pelo deflator, que para as POFs 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 são, respectivamente, 0,4078, 0,5726 e 0,9686, sendo a data base do deflator dezembro de 2018.

A análise da desigualdade nos gastos com consumo foi realizada para a despesa em consumo total em vinte categorias de produtos e serviços, que por sua vez foram agregadas, além das des-

pesas diversas, em quatro grupos de consumo apresentados no Quadro 1, ou seja, alimentação e despesas pessoais, habitação, serviços e transporte.

Assim, os dados deste trabalho foram obtidos da Pesquisa de Orçamentos 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. As pesquisas dos anos 1990 e 1980 foram feitas apenas nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no município de Goiânia e no Distrito Federal, enquanto as mais recentes representam uma abrangência nacional. Por esse motivo, essa pesquisa tem como foco as POFs realizadas a partir de 2002, para obter abrangência nacional.

2.2 Mensuração e decomposição da desigualdade na distribuição do consumo

Neste trabalho, são utilizadas algumas medidas de desigualdade, bem como sua decomposição, seguindo a literatura empírica, tais como em Hoffmann (2004, 2006) e Silveira e Menezes (2010). Supõe-se que o consumo total y_i da unidade de consumo (UC) i é composta de n despesas y_{hi} , em que cada despesa h está descrita no Quadro 1³ Dessa forma, $y_i = \sum_{h=1}^n y_{hi}$, $y_{hi} \geq 0$. Se o consumo total médio é μ , e a média de cada despesa é μ_h , então a participação de cada despesa no consumo total é $\varphi_h = \mu_h/\mu$.

Assumindo que o consumo total de cada UC está ordenado, ou seja, $y_1 \leq y_2 \leq y_3 \leq \dots \leq y_n$, e que cada UC possui um peso amostral ω_i , com $\sum_{i=1}^n \omega_i = 1$ e $\omega_i > 0$, a frequência acumulada de cada UC é $F(y_i) = \sum_{j=1}^i \omega_j$, $F(y_1) = \omega_1$ e $F(y_n) = 1$. Assim, $F(y_i)$ também pode ser considerada a curva de igualdade perfeita, o caso hipotético em que todas as UCs apresentam o mesmo valor consumido.

Já o consumo total acumulado é representado pela curva de Lorenz, que é formada pelo percentual acumulado do consumo total ϕ_i de cada ponto da frequência acumulada, como apresentado na equação (1):

$$\phi_i = \frac{1}{\mu} \sum_{j=1}^i y_j \omega_j \quad (1)$$

O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz e a curva de igualdade perfeita, como mostra a equação (2):

$$GINI = 2 \sum_{i=1}^n (F(y_i) - \phi_i) \omega_i \quad (2)$$

Como o índice de Gini de cada despesa está ordenado pelo consumo total, pode-se decompor o $GINI = \sum_{h=1}^m \varphi_h GINI_h$, logo a variação do índice de Gini é:

$$\Delta G = GINI_t - GINI_{t-1} = \sum_{h=1}^m \varphi_{th} GINI_{th} - \sum_{h=1}^m \varphi_{t-1h} GINI_{t-1h},$$

com os subscritos t e $t - 1$ representando o período. Adicionando e subtraindo da equação o termo $\sum_{h=1}^m \varphi_{th} GINI_{t-1h}$ em ΔG e rearranjando a equação, obtém-se a equação (4):

3 Unidade de consumo é a menor unidade familiar "... que compreende um único morador ou um conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia" (IBGE, 2004, p. 19).

$$\Delta G = \sum_{h=1}^m GINI_{t-1h} \Delta \varphi_{t-1h} + \sum_{h=1}^m \varphi_{th} \Delta GINI_h \quad (4)$$

Observa-se que $\Delta \varphi_h$ representa a variação na participação de cada despesa no consumo total e $\Delta GINI_h$, a variação do Gini de cada despesa. Por outro lado, podemos adicionar e subtrair de $\Delta G \sum_{h=1}^m \varphi_{t-1h} GINI_{th}$, obtendo-se assim a equação (5):

$$\Delta G = \sum_{h=1}^m GINI_{th} \Delta \varphi_h + \sum_{h=1}^m \varphi_{t-1h} \Delta GINI_h \quad (5)$$

As equações 4 e 5 são maneiras de decompor a variação das despesas em consumo, ΔG ; para evitar escolha arbitrária de uma delas, escolheu-se utilizar a média, obtendo-se assim a equação (6):

$$\Delta G = \sum_{h=1}^m \overline{GINI}_h \Delta \varphi_h + \sum_{h=1}^m \overline{\varphi}_h \Delta GINI_h \quad (6)$$

Quadro 1 – Descrição dos produtos e serviços que compõem a despesa em consumo das famílias nas unidades de consumo

Despesa	Descrição
Alimentação e despesas pessoais	
Cesta básica	Alimentos da cesta básica, de acordo com o DIEESE (2016) e decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938.
Em casa	Produtos para alimentação no domicílio, exceto bebidas.
Fora de casa	Alimentação fora do domicílio, como em restaurantes, feiras, bares etc.
Fumo	Bebidas alcoólicas e fumo.
Vestuário	Vestuário, tecidos, bijuterias e joias.
Cuidados pessoais	Higiene pessoal, xampu, cremes, perfumes etc.
Habitação	
Manutenção	Pequenos reparos (inclusive mão de obra), artigos para reforma, dedetização, água e combustíveis domésticos.
Aluguel	Aluguel de casas, apartamentos e garagem.
Serviços e taxas	Assinatura de telefone, televisão e internet, água, esgoto e energia elétrica, condomínio, seguros para o imóvel, mudança.
Móveis, eletro e utensílios	Móveis, eletrodomésticos, ferramentas, instrumentos musicais, cama, mesa e banho e utensílios domésticos.
Limpeza	Materiais e produtos de limpeza.
Consertos de artigos	Manutenção de móveis e eletrônicos.
Serviços	
Recreação	Serviços e produtos relacionados com entretenimento e diversão.
Educação	Gastos com livros, cursos, materiais escolares, revistas etc.
Saúde	Consultas, remédios, exames etc.
Domiciliares	Empregado doméstico, jardineiro, cozinheiro etc.
Pessoais	Cabeleireiro, manicure, esteticista etc.
Profissionais	Tabelião, advogado, economista, engenheiro etc.
Transporte	
Privado	Pedágio, estacionamento, combustíveis, compra e manutenção de automóveis e viagens.
Público	Transporte coletivo e táxi.
Despesas diversas	
Despesas Diversas	Animais domésticos e plantas, jogos e apostas, correio, cerimônias e festas religiosas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a decomposição do Gini de cada despesa componente do consumo total, utiliza-se a frequência acumulada ordenada pelo consumo total e não pelo ordenamento da própria despesa, como apresentado na equação (3):

$$GINI_h = 2 \sum_{i=1}^n (F(y_i) - \phi_{hi}) \omega_i \quad (3)$$

Na equação (5), $\overline{GINI}_h = (GINI_{t-1h} + GINI_{th})/2$ e $\overline{\varphi}_h = (\varphi_{t-1h} + \varphi_{th})/2$. Para a comparação do Gini de cada despesa com o Gini do consumo total, subtrai-se da equação (6) o termo $\overline{GINI} \sum_{h=1}^m \Delta\varphi_h$, como $\sum_{h=1}^m \varphi_{t-1h} = \sum_{h=1}^m \varphi_h = 1$, então esse termo é 0 (zero), não alterando o valor de ΔG , dessa forma a variação do Gini é representado na equação (7):

$$\Delta G = \sum_{h=1}^m (\overline{GINI}_h - \overline{GINI}) \Delta\varphi_h + \sum_{h=1}^m \overline{\varphi}_h \Delta GINI_h \quad (7)$$

O primeiro termo da equação (7) representa o efeito participação ($EP_h = (\overline{GINI}_h - \overline{GINI}) \Delta\varphi_h$), se o Gini médio dos períodos t e $t-1$ da despesa h for maior do que o Gini do consumo total, significa que um aumento na participação dessa despesa leva a um aumento na desigualdade no consumo total; e se o Gini médio da despesa h for menor do que o Gini do consumo total, um aumento em sua participação leva a uma redução da desigualdade na distribuição do consumo total. O segundo termo da equação representa o efeito concentração ($EC_h = \overline{\varphi}_h \Delta GINI_h$), quando há aumentos no Gini da despesa h de um período para o seguinte, a desigualdade no consumo total aumenta, e seu impacto na desigualdade de consumo total é maior quanto maior for a participação média da despesa h .

A decomposição da variação da desigualdade pode ser apresentada em termos percentuais, como segue:

$$EP\%_h = (100/\Delta G)(\overline{GINI}_h - \overline{GINI}) \Delta\varphi_h \quad (8)$$

$$EC\%_h = (100/\Delta G) \overline{\varphi}_h \Delta GINI_h \quad (9)$$

Na próxima seção, o efeito participação e o efeito concentração são apresentados em porcentagem da variação da desigualdade. Note que se há redução na desigualdade total, uma variação percentual negativa de um dos efeitos contribui para aumentar a desigualdade, mas uma variação percentual positiva contribui para reduzir a desigualdade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Desigualdades nas distribuições de renda e de gastos em consumo e sua decomposição

Desde o início do século XXI, de acordo com as informações das POFs, verifica-se redução da desigualdade nas distribuições da renda, renda disponível e consumo, conforme a Tabela 1. Foram utilizados diferentes indicadores e índices de desigualdade para as informações das POFs

de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. Verificou-se no período que as médias da renda e da renda disponível *per capita* das famílias apresentaram maior crescimento do que a média da despesa de consumo. No período analisado, enquanto a média da renda apresentou um aumento de 42%, a média do consumo das unidades de consumo aumentou 12%.

Entretanto, de 2002 para 2017, a renda *per capita* dos 50% mais pobres aumentou 76%, porém nesse período o consumo sofreu elevação de 30%, sendo que de 2002 para 2008, o aumento foi de apenas 4,6% entre esses mais pobres. Por outro lado, tanto as rendas dos 10% mais ricos quanto a dos 5% e 1% mais ricos aumentaram cerca de 30%, porém no consumo há diferenças. O consumo dos 1% mais ricos diminuiu em 4,5%, dos 5% mais ricos aumentou 1% e dos 10% mais ricos aumentou 2,5%. Nesse sentido, verifica-se que o aumento da renda se refletiu no aumento do consumo para os mais pobres e aumento pequeno do consumo para os mais ricos, e até redução para os 1% mais ricos.

Outro dado importante a ser analisado é a acumulação de renda e dos gastos em consumo *per capita* pelos mais pobres. Em 2002, os 50% mais pobres detinham 13,3% da renda, menos que os 1% mais ricos, e em 2017, os mais pobres detinham 16,5%. Houve uma melhora, mas muito pequena, os 5% mais ricos em 2017 ainda detinham quase o dobro da renda *per capita* acumulada dos 50% mais pobres. Por sua vez, em relação ao consumo, os indicadores são menos desfavoráveis, embora ainda sugiram uma perversa exclusão social, uma vez que as despesas em consumo dos 50% mais pobres (22,1%), em 2017, aproxima-se do dispêndio dos 5% mais ricos (21,5%).

Tabela 1 – Características das distribuições da renda, da renda disponível e dos gastos *per capita* das unidades de consumo, Brasil, conforme dados das POFs de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018

Variável	Média	50% menos	10% mais	5% mais	1% mais	Gini	T Theil	L Theil	Mehran	Piesch
Renda										
2002-2003	1.609,64	0,133	0,469	0,335	0,136	0,585	0,697	0,637	0,714	0,521
2008-2009	1.864,06	0,145	0,452	0,324	0,136	0,564	0,656	0,584	0,692	0,500
2017-2018	2.285,37	0,165	0,429	0,305	0,125	0,533	0,591	0,516	0,659	0,471
Renda disponível										
2002-2003	1.483,10	0,140	0,456	0,324	0,130	0,574	0,666	0,606	0,704	0,510
2008-2009	1.706,91	0,153	0,435	0,308	0,128	0,550	0,616	0,549	0,679	0,485
2017-2018	2.111,87	0,171	0,417	0,295	0,122	0,522	0,569	0,493	0,648	0,459
Consumo										
2002-2003	1.411,93	0,191	0,364	0,237	0,074	0,530	0,535	0,506	0,663	0,463
2008-2009	1.418,77	0,198	0,355	0,230	0,068	0,519	0,510	0,486	0,653	0,453
2017-2018	1.577,94	0,221	0,334	0,215	0,063	0,488	0,443	0,420	0,619	0,423

Fonte: Elaborado na pesquisa a partir das informações das POFs do IBGE.

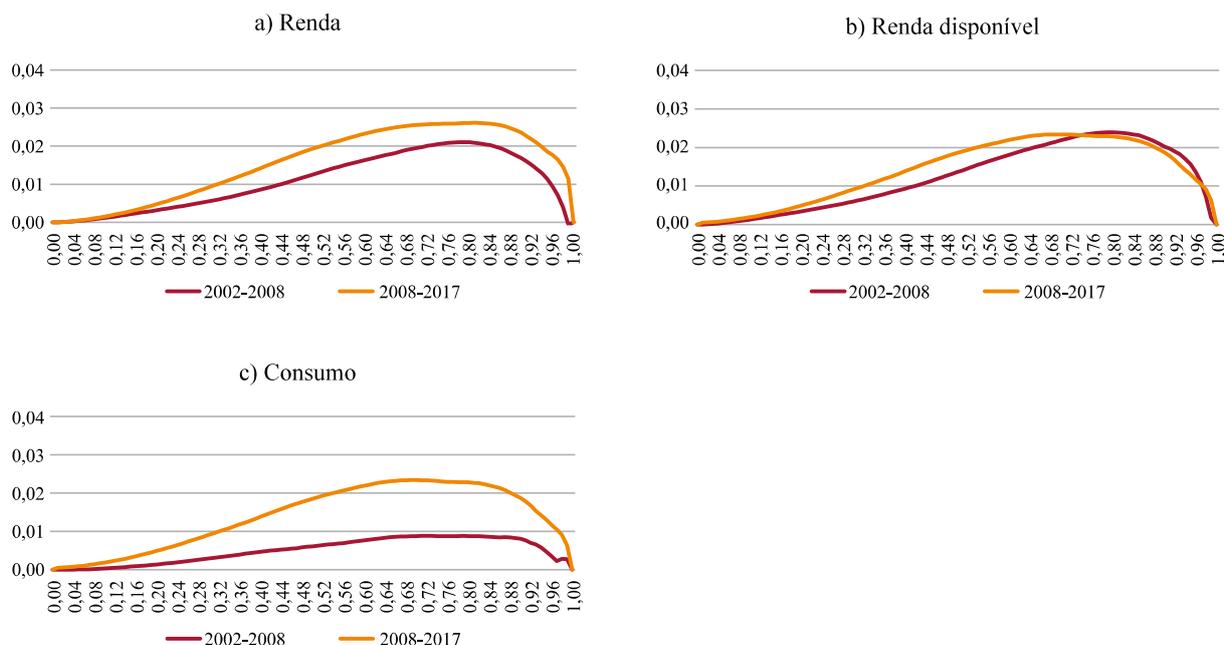
Nos três anos analisados, a desigualdade na distribuição do consumo foi inferior à observada na distribuição da renda, porém a redução na desigualdade da renda foi superior. O índice de Gini para a renda *per capita* apresentou redução de 3,6%, de 2002 para 2008, e de 2% na desigualdade da distribuição dos gastos em consumo, entretanto de 2008 para 2017 esse índice para a renda apresentou redução de 5,5% e, para o consumo, de 6%. De 2002 até 2018, a desigualdade na distribuição da renda teve uma redução de 9%, e na distribuição do consumo, em 8%.

Essa redução na desigualdade nas distribuições da renda, renda disponível e nos gastos em consumo também pode ser observada na Figura 1, com a diferença na curva de Lorenz em cada percentil da frequência acumulada da população. Quando a diferença de Lorenz é positiva, isso indica que a distribuição ficou menos desigual. Nota-se que essa diferença na curva de Lorenz para renda *per capita* foi maior de 2008 para 2017 do que de 2002 para 2008, em todos os percentis. Desse modo, esses resultados para a distribuição da renda indicam que a desigualdade apresentou

maior redução no segundo período do que no primeiro. A redução na desigualdade na distribuição da renda disponível é similar nos dois períodos, embora seja mais intensa nos percentis inferiores no segundo período.

Por sua vez, para a distribuição do consumo se verifica esse mesmo movimento na desigualdade, entretanto com a diferença de Lorenz menor no primeiro período do que a observada na renda *per capita*, sugerindo que no consumo a redução da desigualdade foi mais significativa no segundo período.

Figura 1 – Diferença de Lorenz (vertical) para a proporção acumulada da população (horizontal), Brasil, de 2002 para 2008 e de 2008 para 2017



Fonte: Elaborado na pesquisa a partir das informações das POFs do IBGE.

Na Tabela 2, pode ser observada a participação de cada grupo de consumo na despesa em consumo total e o respectivo índice de Gini, para cada ano pesquisado, ordenados pela frequência acumulada das despesas em consumo total. A despesa com maior peso no consumo é a habitação, seguida por alimentação e despesas pessoais, serviços e transportes. Os gastos com transportes têm a menor participação no consumo e a maior desigualdade, porém se verifica redução da desigualdade e aumento da sua participação no orçamento das famílias, sugerindo que o transporte ficou mais acessível ao longo do tempo.

Tabela 2 – Participação e desigualdade na distribuição das despesas de consumo, Brasil

Despesas	Participação			Gini		
	2002-2003	2008-2009	2017-2018	2002-2003	2008-2009	2017-2018
Alimentação	0,242	0,261	0,239	0,400	0,404	0,392
Cesta Básica	0,070	0,059	0,051	0,251	0,255	0,279
Em Casa	0,058	0,066	0,061	0,427	0,400	0,428
Fora de Casa	0,041	0,056	0,049	0,554	0,524	0,514
Fumo	0,006	0,005	0,005	0,291	0,263	0,279
Vestuário	0,049	0,054	0,041	0,449	0,453	0,419
Cuidados Pessoais	0,018	0,021	0,033	0,444	0,420	0,298

Despesas	Participação			Gini		
	2002-2003	2008-2009	2017-2018	2002-2003	2008-2009	2017-2018
Habitação	0,327	0,358	0,362	0,479	0,481	0,431
Manutenção do Lar	0,040	0,047	0,029	0,570	0,655	0,582
Aluguel	0,156	0,168	0,198	0,463	0,446	0,424
Serviços e Taxas	0,082	0,087	0,096	0,472	0,469	0,411
Móveis e Eletro	0,038	0,044	0,032	0,472	0,465	0,396
Limpeza	0,008	0,008	0,006	0,426	0,398	0,453
Conserto de Artigos	0,003	0,003	0,001	0,511	0,509	0,491
Serviços	0,253	0,170	0,201	0,632	0,615	0,575
Recreação	0,025	0,028	0,035	0,661	0,559	0,511
Educação	0,033	0,027	0,038	0,697	0,662	0,575
Saúde	0,160	0,075	0,082	0,589	0,562	0,530
Domiciliares	0,018	0,023	0,024	0,803	0,800	0,809
Pessoais	0,009	0,011	0,012	0,575	0,533	0,488
Profissionais	0,008	0,006	0,010	0,816	0,759	0,728
Transporte	0,162	0,193	0,180	0,660	0,656	0,622
Privado	0,139	0,168	0,165	0,718	0,711	0,652
Público	0,023	0,025	0,015	0,313	0,284	0,290
Diversas	0,015	0,017	0,018	0,570	0,584	0,633
Consumo	1,000	1,000	1,000	0,529	0,519	0,488

Fonte: Elaborado na pesquisa a partir das informações das POFs do IBGE.

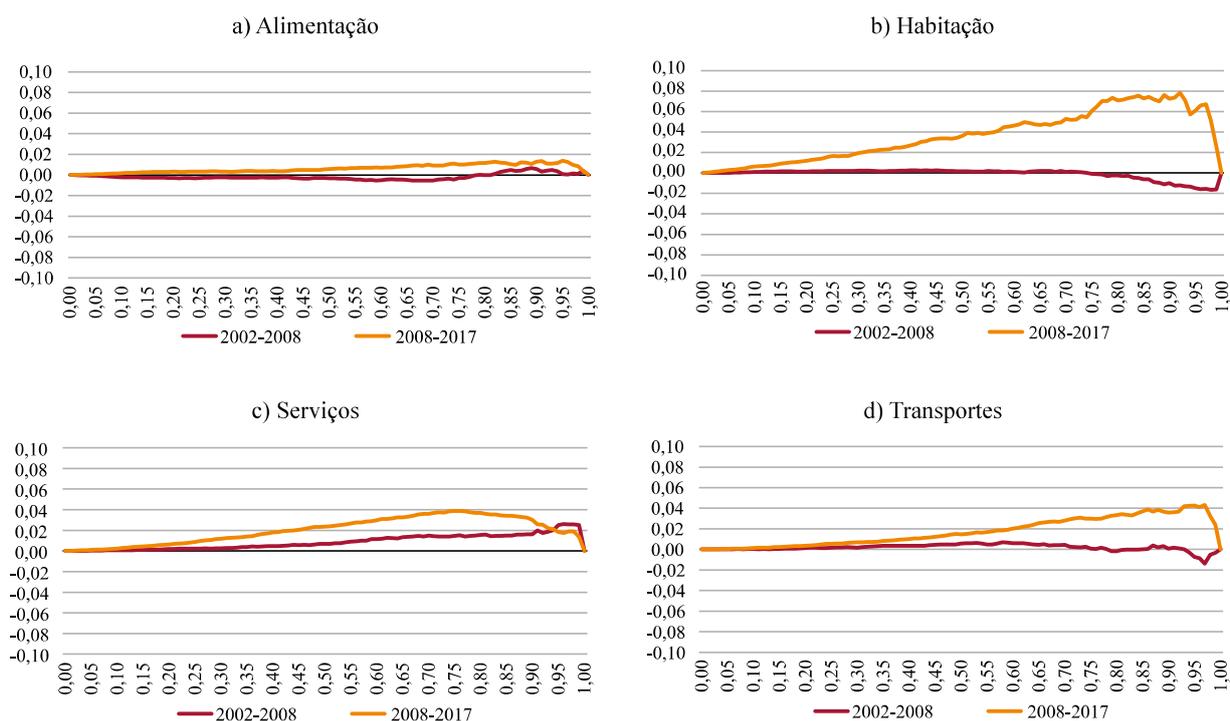
Os gastos relacionados com alimentação e despesas pessoais apresentaram aumento na participação no consumo total, de 2002 para 2008, e redução, de 2008 para 2017, acompanhados de aumento na desigualdade no primeiro período e redução no segundo. Conforme a Figura 2a, de 2002 para 2008, a maior parcela da diferença de Lorenz para alimentação e despesas pessoais foi negativa, refletindo o aumento da desigualdade. Até os 80% mais pobres, as despesas com alimentação apresentaram um aumento na desigualdade, já na cauda superior da distribuição se nota redução da desigualdade. Destaca-se a redução da participação relativa nos gastos com a cesta básica de 7,0% para 5,1%, em detrimento dos demais itens desse grupo.

A maior redução percentual na desigualdade ficou para o grupo de despesas em habitação, com redução de quase 11% na desigualdade. Essa maior redução da desigualdade em despesas de habitação fica mais evidente na Figura 2b, principalmente no segundo período: pode-se inclusive verificar um aumento da desigualdade na cauda superior da distribuição, ou seja, entre os mais ricos, de 2002 para 2008.

No período estudado, tanto a participação quanto a desigualdade apresentaram redução nos gastos em serviços, apesar do aumento na participação no segundo período, de 2008 para 2017. Esse comportamento também pode ser observado na Figura 2c, em que a diferença de Lorenz foi positiva nos dois períodos. Nesse grupo se destaca a redução das despesas com saúde e aumento nos demais itens da cesta de consumo.

As despesas com transportes têm o maior nível de desigualdade, considerando o índice de Gini, apesar de sua redução de 0,660 para 0,622 no período, explicada pelos gastos em transporte privado. Essa redução é mais evidente no segundo período, como pode também ser observado na Figura 2d.

Figura 2 – Diferença de Lorenz (vertical) em relação à proporção acumulada da população (horizontal), grupos de gastos, Brasil, 2002 para 2008 e 2008 para 2017



Fonte: Elaborado na pesquisa a partir das informações das POFs do IBGE.

Em 2002, a despesa com maior participação no consumo foi com saúde, representando 16% do total, mas com redução de participação para menos da metade em 2008 e aumento para 2017. A despesa com aluguel era a segunda em participação em 2002, próximo da participação da despesa em saúde, porém sua participação aumentou chegando a quase 20% do orçamento das famílias em termos *per capita* em 2017, sendo nas duas últimas POFs a despesa com maior participação. As despesas com transporte privado também ganharam participação, chegando a 16,5% do consumo total. A despesa com menor participação no consumo foi em conserto de artigos do lar, menor inclusive que a participação na despesa com fumo.

Com relação à desigualdade, observa-se que as despesas mais desiguais foram serviços profissionais e serviços domiciliares, com serviços domiciliares apresentando uma maior participação e, conseqüentemente, maior impacto na desigualdade em consumo. As despesas com menor desigualdade foram em cesta básica, fumo e transporte público.

Assim, conforme já observado nas Tabelas 1 e 2, nos dois períodos, houve redução na desigualdade no consumo, ou seja, a variação foi negativa. Por sua vez, a decomposição da desigualdade utilizando o índice de Gini, como exposto na seção anterior nas Equações (11) e (12), pode ser observada na Tabela 3, com os efeitos participação e concentração em termos percentuais da variação total da desigualdade no consumo.

É importante ressaltar que quando o efeito percentual for negativo, isso indica que a despesa contribuiu negativamente para a redução da desigualdade – contribuiu para o aumento da desigualdade –, já quando o efeito for positivo, a despesa contribuiu positivamente para a redução da desigualdade⁴. Desse modo, um aumento na desigualdade da despesa leva a um efeito concentração negativo, ou seja, um aumento na desigualdade. Um aumento na participação de uma despesa com desigualdade abaixo da desigualdade em consumo leva a efeito concentração positivo (contribui

4 Pode-se resumir esse efeito percentual contrário por conta de um jogo de sinais. Como a variação nominal da desigualdade é negativa, no caso em que o efeito nominal da desigualdade de uma despesa componente do consumo é negativo, o efeito percentual é, então, positivo.

para reduzir a desigualdade em consumo), e um aumento na participação de uma despesa com desigualdade acima da desigualdade em consumo leva a um efeito concentração negativo (contribui para aumentar a desigualdade em consumo).

Nesse sentido, por exemplo, a despesa com saúde teve um efeito total (ET) de 27%, de 2002 para 2017, ou seja, essa despesa contribuiu com 27% do total da redução da desigualdade na distribuição do consumo. Já a despesa em cesta básica apresentou um efeito total (ET) de -15,5%, de 2002 para 2017, o que significa dizer que a despesa com cesta básica contribuiu com -15,5% para o aumento da desigualdade na distribuição do consumo.

De 2002 para 2008, as despesas que contribuíram para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo foram os gastos em saúde, aluguel, alimentação no domicílio, recreação, educação, alimentação fora de casa, transporte público, cuidados pessoais, serviços profissionais, móveis e eletro, serviços e taxas, serviços pessoais, limpeza, vestuário e conserto de artigos, nessa ordem. A despesa em saúde, além de apresentar o maior efeito total para a redução da desigualdade, apresentou efeito participação e concentração positivos, assim como a despesa em educação. Isso ocorre pelo fato de essas despesas apresentarem desigualdade acima da desigualdade em consumo total, e suas participações terem sofrido redução, contribuindo para um efeito participação positivo, ao mesmo tempo que a desigualdade diminuiu, mesmo que ainda ficando acima da média.

Embora para a despesa em aluguel os efeitos participação e concentração também sejam positivos, o motivo é outro. A desigualdade na despesa em aluguel é menor do que a despesa em consumo total, e houve no período de 2002 para 2008 um aumento na participação na despesa, ou seja, um efeito participação (EP) positivo. Apesar de a desigualdade na distribuição da despesa em aluguel ser abaixo da desigualdade em consumo, no primeiro período a desigualdade na distribuição da despesa em aluguel se reduziu ainda mais, o que contribuiu para a redução da desigualdade no consumo pelo efeito concentração (EC).

Tabela 3 – Decomposição da Variação do Índice de Gini (ΔG) para a distribuição dos gastos familiares em consumo *per capita*, em efeito participação (EP), efeito concentração (EC) e efeito total (ET), Brasil, 2002-2003, 2008-2017 e 2002-2017

Despesas	2002-2008			2008-2017			2002-2017		
	EP (%)	EC (%)	ET (%)	EP (%)	EC (%)	ET (%)	EP (%)	EC (%)	ET (%)
Alimentação									
Cesta Básica	-31,06	-2,56	-33,62	-5,78	-4,38	-10,16	-11,29	-4,24	-15,53
Em Casa	9,00	16,71	25,71	-1,57	-5,74	-7,30	0,53	-0,17	0,36
Fora de Casa	-2,18	14,68	12,51	0,33	1,79	2,12	-0,47	4,49	4,02
Fumo	-1,75	1,54	-0,21	-0,43	-0,25	-0,68	-0,70	0,15	-0,54
Vestuário	3,51	-2,38	1,13	-2,90	5,23	2,33	-1,55	3,25	1,70
Cuidados Pessoais	3,30	4,88	8,18	5,44	10,66	16,10	5,10	9,08	14,18
Habitação									
Manutenção	-6,57	-37,48	-44,05	6,76	9,10	15,86	1,78	-1,00	0,78
Aluguel	8,66	27,40	36,05	6,56	13,52	20,07	6,70	17,15	23,85
Serviços e Taxas	2,44	1,87	4,31	1,88	17,21	19,09	2,25	13,18	15,43
Móveis e Eletro	3,42	3,13	6,55	-2,91	8,53	5,62	-1,12	6,59	5,47
Limpeza	0,57	2,33	2,90	-0,48	-1,32	-1,80	-0,23	-0,46	-0,70
Conserto de Artigos	-0,05	0,06	0,01	-0,02	0,12	0,09	-0,04	0,11	0,06
Serviços									
Recreação	-2,66	27,24	24,58	-0,66	4,94	4,28	-1,82	11,01	9,18
Educação	9,89	10,74	20,64	-4,26	9,14	4,89	-1,61	10,71	9,10
Saúde	43,49	31,84	75,33	-0,94	8,09	7,15	9,62	17,42	27,04
Domiciliares	-13,43	0,66	-12,77	-0,51	-0,73	-1,24	-3,89	-0,33	-4,22
Pessoais	-0,55	4,08	3,53	-0,03	1,68	1,64	-0,19	2,23	2,05

Despesas	2002-2008			2008-2017			2002-2017		
	EP (%)	EC (%)	ET (%)	EP (%)	EC (%)	ET (%)	EP (%)	EC (%)	ET (%)
Profissionais	3,83	4,09	7,92	-2,43	0,79	-1,64	-1,09	1,87	0,78
Transportes									
Privado	-55,52	9,57	-45,95	1,75	32,19	33,95	-11,17	24,54	13,37
Público	4,00	6,91	10,91	-7,03	-0,37	-7,40	-4,19	1,06	-3,13
Diversas	-1,40	-2,26	-3,66	-0,17	-2,81	-2,98	-0,72	-2,52	-3,24
Consumo	-23,04	123,04	100,00	-7,40	107,40	100,00	-14,10	114,10	100,00
Δ Gini			-0,010			-0,031			-0,041

Fonte: Elaborado na pesquisa a partir das informações das POFs do IBGE.

Apesar da redução da desigualdade na distribuição do consumo, de 2002 para 2008, as despesas em transporte público, manutenção do lar, cesta básica, serviços domiciliares, despesas diversas e fumo contribuíram para o seu aumento ou para que a redução não tenha sido ainda maior. A despesa em transporte privado mostrou desigualdade maior do que no consumo total, e houve aumento de sua participação no consumo total, o que colaborou para um efeito participação negativo. Essa maior participação da despesa em transporte privado também representou mais acesso ao transporte privado pelos mais pobres, contribuindo para uma redução da desigualdade pelo efeito concentração, porém não o suficiente para compensar o efeito participação, contribuindo, no total, para ampliar a desigualdade na distribuição do consumo total no conjunto dos efeitos.

A despesa em manutenção do lar expandiu sua participação nos gastos familiares, embora com mais desigualdade, que permaneceu acima da média. Portanto, tanto o efeito participação quanto o efeito concentração foram negativos e contribuíram para aumentar a desigualdade. A despesa em cesta básica, mesmo sendo aquela com menor desigualdade, apresentou efeito participação e concentração negativos, os quais também contribuíram para elevar a desigualdade, fato explicado pela redução na participação e aumento na desigualdade dessa despesa, mesmo ainda ficando abaixo da média, como se nota na Tabela 3.

No período de 2008 até 2017, as despesas com transporte privado, aluguel, serviços e taxas, cuidados pessoais, manutenção do lar, saúde, móveis e eletro, educação, recreação, vestuário, alimentação fora de casa, serviços pessoais e conserto de artigos foram os gastos que contribuíram na redução da desigualdade no consumo, nessa ordem. Os gastos em saúde contribuíram para a redução da desigualdade, mas de uma maneira mais modesta do que no período anterior. Os gastos em transporte privado, que haviam contribuído de 2002 para 2008 para o aumento da desigualdade, foram a despesa que mais contribuiu para a redução da desigualdade de 2008 para 2017, pois neste período o efeito concentração e participação contribuíram para reduzir a desigualdade, em especial o efeito concentração.

As despesas em cesta básica, transporte público, alimentação no domicílio (em casa), despesas diversas, limpeza, serviços profissionais, serviços domiciliares e fumo foram os gastos que contribuíram para ampliar a desigualdade na distribuição do consumo de 2008 até 2017. Todas essas despesas apresentaram efeito participação e concentração negativos; as despesas com cesta básica, alimentação em casa, transporte público, limpeza e fumo apresentaram redução na participação e aumento na desigualdade dentro de cada despesa, com ambos os efeitos, participação e concentração, contribuindo para aumentar a desigualdade.

As despesas diversas, serviços domiciliares aumentaram a participação no orçamento das famílias e a desigualdade, que já era alta, aumentou ainda mais; os efeitos participação e concentração contribuíram para aumentar a desigualdade. A despesa com serviços profissionais reduziu a desigualdade, o que gerou efeito concentração positivo. No entanto, como a desigualdade estava acima da média e teve um efeito participação negativo, pois a participação aumentou, a soma dos dois efeitos contribuiu para o aumento na desigualdade da distribuição do consumo total.

No período total, as despesas com saúde, aluguel, serviços e taxas, cuidados pessoais, transporte privado, recreação, educação, móveis e eletro, alimentação fora de casa, serviços pessoais, vestuário, manutenção do lar, serviços profissionais, alimentação em casa e conserto de artigos foram os gastos que contribuíram para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo, os demais, para o aumento. Nas despesas que contribuíram para reduzir a desigualdade, o efeito concentração foi predominante, o efeito participação ou contribuiu para reduzir a desigualdade ou foi negativo, porém não o suficiente para promover redução na desigualdade na distribuição do consumo ou no efeito total.

Assim, esses resultados mostram que as despesas com saúde, aluguel, serviços e taxas, cuidados pessoais, recreação, educação, móveis e eletro, alimentação fora de casa, serviços pessoais, vestuário e conserto de artigos contribuíram para reduzir a desigualdade tanto de 2002 para 2008 quanto de 2008 para 2017. Já as despesas com cesta básica, serviços domiciliares, despesas diversas e fumo contribuíram para aumentar a desigualdade nos dois períodos.

Adicionalmente, as despesas com serviços profissionais, alimentação em casa, limpeza e transporte público de 2002 para 2008 contribuíram para reduzir a desigualdade, e as de 2008 para 2017 contribuíram para aumentá-la. As despesas com transporte privado e manutenção do lar contribuíram para aumentar a desigualdade no primeiro período e no segundo contribuíram para reduzi-la. Porém, de 2002 para 2017, as despesas com transporte privado, serviços profissionais, alimentação em casa, manutenção do lar e conserto de artigos contribuíram para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo.

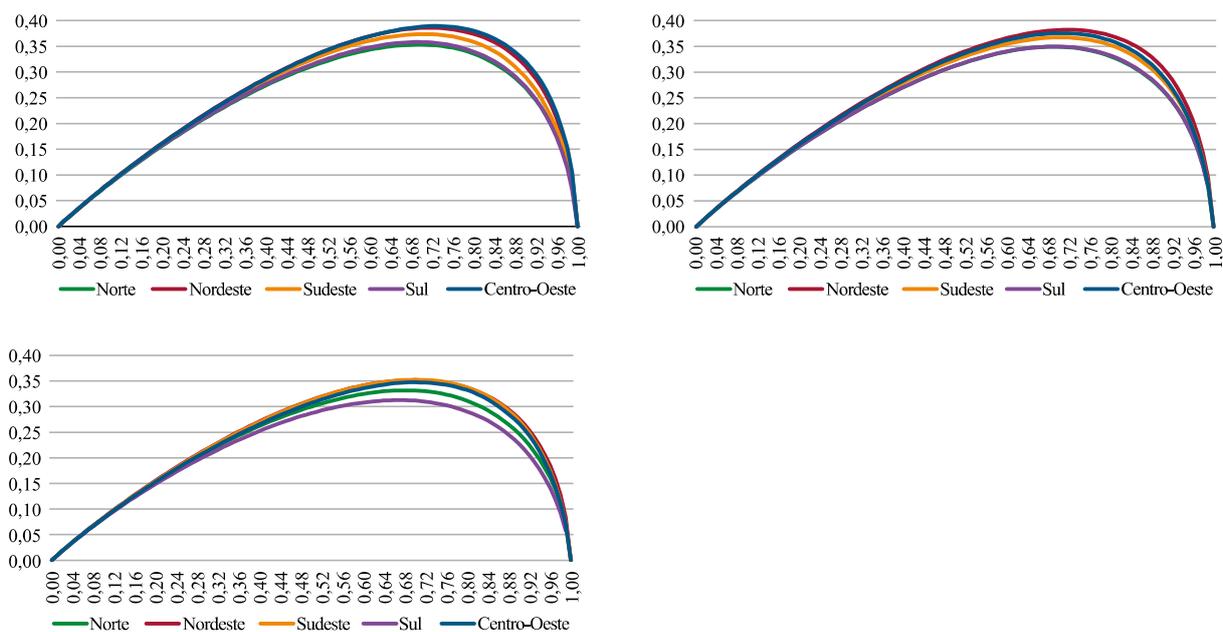
Os resultados sugerem melhoria do bem-estar social, com maior acesso a bens e maior diversificação na cesta de consumo das famílias brasileiras. Embora alguns itens da cesta de consumo tenham se destacado na explicação das mudanças na desigualdade da distribuição dos gastos em consumo, como aqueles relacionados com saúde, alimentação e despesas pessoais e habitação, cada item merece uma análise particular. De fato, o impacto do maior ou menor consumo de cada item na desigualdade tem efeitos diversos, como no caso da alimentação, cuja redução na participação na cesta de consumo contribuiu para ampliar a desigualdade. Por sua vez, os transportes também contribuíram positivamente para a desigualdade, mas com aumento na participação no consumo familiar. Esse comportamento é explicado pela menor desigualdade no acesso à alimentação e maior desigualdade no acesso aos transportes, especialmente o privado.

3.2 Evolução e decomposição regional da desigualdade na distribuição dos gastos de consumo

A redução do nível da desigualdade na distribuição dos gastos em consumo nas regiões brasileiras pode ser observada na Figura 3, com a diferença da curva de perfeita igualdade e a curva de Lorenz para as POFs 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018, em que quanto mais alta for a curva, maior será a desigualdade na distribuição. Porém, apesar dessa redução, verifica-se ainda a permanência das diferenças regionais.

Em 2002-2003, verifica-se que a Região Centro-Oeste é a mais desigual, pois apresenta a curva mais alta, em seguida está a Região Nordeste, depois a Região Sudeste, Região Sul e a Região Norte, que é a menos desigual. Uma possível explicação para a menor desigualdade na Região Norte seria a menor complexidade de sua estrutura produtiva, que se reflete no padrão de consumo das famílias. Ademais, o nível de desigualdade em cada região também pode ser observado na Tabela 4, com o valor do índice de Gini para o consumo total. Já em 2007-2008, a Região Nordeste se tornou a mais desigual, seguida pelas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, além das Regiões Sul e Norte, as quais estão praticamente sobrepostas. Por fim, em 2017-2018, em relação à pesquisa anterior, as curvas apresentaram uma significativa redução no topo ou na desigualdade. Sendo que as Regiões Nordeste e Sudeste estão sobrepostas, em quase todos os percentis, com a maior desigualdade, seguidas pelas Regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, com a menor desigualdade.

Figura 3 – Diferença entre a curva de igualdade perfeita e a curvas de Lorenz para as cinco grandes regiões, 2002-2003, 2008-2009, 2017-2018



Fonte: Elaborado na pesquisa a partir das informações das POFs do IBGE.

Observando a desigualdade na distribuição do consumo total, na Tabela 4, verifica-se redução no período em todas as regiões, o que sugere uma maior equidade no bem-estar entre as regiões do País. Porém, apesar desses avanços, o nível da desigualdade ao final do período, em que o índice de Gini supera o valor de 0,400, revela ainda um país com profundas disparidades no bem-estar ou no consumo de bens e serviços de sua população.

Da mesma forma que na Figura 3, observa-se que a Região Centro-Oeste apresentou o maior nível de desigualdade na distribuição do consumo em 2002. Já em 2008, a região com a maior desigualdade no consumo foi a Nordeste, pois a redução na desigualdade na Região Centro-Oeste foi maior. Em 2017, a região com maior desigualdade na distribuição do consumo continuou sendo o Nordeste, seguido pelas Regiões Sudeste e o Centro-Oeste. Por outro lado, em 2002 e 2008, a Região Norte apresentou a menor desigualdade no consumo e, em 2017, a Região Sul. Por sua vez, a Região Sul teve a maior redução da desigualdade no período, seguida pela Região Norte, o que pode ser explicado pela redução na desigualdade nas despesas em habitação.

A Tabela 4 também traz a composição e a desigualdade na distribuição dos gastos em consumo de cada grupo de despesa nas grandes regiões do País. Verifica-se que as despesas em alimentação e gastos pessoais têm maior participação nas Regiões Norte e Nordeste, que correspondem às regiões mais pobres do Brasil. Nessas regiões e nas outras, houve um aumento na participação dessa despesa de 2002 para 2008 e uma redução de 2008 para 2017.

Tabela 4 – Composição e desigualdade no consumo por região, 2002-2003, 2007-2008 e 2017 -2018

Despesas	Participação			Gini		
	2002-2003	2008-2009	2017-2018	2002-2003	2008-2009	2017-2018
Norte						
Alimentação	0,327	0,347	0,301	0,363	0,381	0,377
Habitação	0,320	0,336	0,370	0,452	0,447	0,402
Serviços	0,184	0,132	0,148	0,587	0,591	0,537
Transporte	0,152	0,167	0,166	0,677	0,647	0,630

Despesas	Participação			Gini		
	2002-2003	2008-2009	2017-2018	2002-2003	2008-2009	2017-2018
Diversas	0,017	0,017	0,016	0,554	0,530	0,630
Consumo total	1,000	1,000	1,000	0,483	0,478	0,456
Nordeste						
Alimentação	0,316	0,324	0,304	0,405	0,409	0,394
Habitação	0,304	0,324	0,323	0,487	0,470	0,416
Serviços	0,225	0,153	0,190	0,628	0,617	0,574
Transporte	0,141	0,183	0,168	0,693	0,714	0,654
Diversas	0,014	0,016	0,015	0,599	0,609	0,629
Consumo total	1,000	1,000	1,000	0,523	0,520	0,483
Sudeste						
Alimentação	0,219	0,240	0,213	0,399	0,393	0,400
Habitação	0,331	0,370	0,382	0,440	0,459	0,418
Serviços	0,277	0,185	0,215	0,609	0,602	0,565
Transporte	0,159	0,188	0,173	0,615	0,611	0,595
Diversas	0,014	0,017	0,018	0,544	0,556	0,625
Consumo total	1,000	1,000	1,000	0,507	0,500	0,480
Sul						
Alimentação	0,243	0,252	0,239	0,370	0,381	0,364
Habitação	0,335	0,355	0,358	0,426	0,427	0,355
Serviços	0,221	0,155	0,182	0,581	0,541	0,505
Transporte	0,185	0,219	0,202	0,637	0,625	0,573
Diversas	0,016	0,018	0,019	0,539	0,534	0,558
Consumo total	1,000	1,000	1,000	0,487	0,478	0,432
Centro-Oeste						
Alimentação	0,230	0,247	0,236	0,408	0,438	0,387
Habitação	0,329	0,363	0,329	0,462	0,437	0,386
Serviços	0,238	0,165	0,203	0,619	0,593	0,553
Transporte	0,188	0,206	0,211	0,673	0,648	0,608
Diversas	0,015	0,019	0,022	0,515	0,573	0,638
Consumo total	1,000	1,000	1,000	0,527	0,509	0,472

Fonte: Elaborado na pesquisa a partir das informações das POFs do IBGE.

Essas evidências estão de acordo com a redução da desigualdade observada nesse primeiro período no País, o que possibilitou um aumento na despesa em alimentação, principalmente nas regiões mais pobres e que se verifica também no Sudeste. Porém, no segundo período, foi possível consumir outros bens e serviços, permitindo redução da participação das despesas em alimentação nos gastos totais.

As despesas com alimentação são importantes na composição dos gastos das unidades de consumo das famílias no País, porém, com exceção da Região Nordeste, em 2002 e 2008, e a Norte, em 2002, em que essa despesa representa a maior parcela dos gastos, nas demais localidades as despesas com habitação constituem a maior parcela do orçamento das unidades familiares. Adicionalmente, com exceção das Regiões Nordeste e Centro-Oeste, de 2008 para 2017, verifica-se aumento dos gastos em habitação.

A participação dos gastos em transportes, diferentemente das despesas em alimentação, é maior nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nessas regiões, a renda é mais alta e possibilita que as famílias gastem uma maior porção de sua renda com essa despesa. A despesa com serviços, em todas as regiões, apresentou redução na participação de 2002 para 2008 e aumento de 2008 para 2017.

No período, a despesa em transporte foi o grupo de gastos com maior desigualdade, seguido pela despesa em serviços em todas as regiões, mesmo com redução da desigualdade. Por outro

lado, a despesa em alimentação e gastos pessoais apresentou a menor desigualdade em 2002 e 2008, em todas as regiões. Já em 2017, no Centro-Oeste e principalmente no Sul, a despesa com menor desigualdade foi em habitação, que apresentou a maior redução na desigualdade, especialmente nas Regiões Sul e Centro-Oeste.

Buscando compreender melhor a contribuição de cada grupo de despesa para a queda na desigualdade do consumo total, pode-se observar na Tabela 5 a decomposição do efeito total da redução da desigualdade pelo índice de Gini em porcentagem para as cinco regiões do Brasil, nos dois subperíodos. Destaca-se que, como em todas as regiões a desigualdade se reduziu, quando o sinal da contribuição é positivo, a despesa contribuiu para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo. Por exemplo, de 2002 para 2008, a despesa com saúde no Norte contribuiu para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo em 67%, e a despesa em cesta básica contribuiu para aumentar a desigualdade no consumo em 128%.

Na Tabela 4, foi observada redução na desigualdade na distribuição do consumo em todas as regiões, tanto de 2002 para 2008 quanto de 2008 para 2017. No primeiro período, o Centro-Oeste foi a região que apresentou a maior redução na desigualdade, enquanto no segundo período, a Região Sul foi a que teve maior queda. Considerando as contribuições de cada grupo de despesa para esse desempenho, conforme a Tabela 5, nota-se que os gastos em saúde e aluguel foram relevantes para a queda da desigualdade de consumo em todas as regiões, no primeiro período.

Mais especificamente nesse primeiro período, na Região Norte, as despesas em saúde (67,0%), aluguel (52,5%) e transporte público (44,8%) foram as que apresentaram maior contribuição para a redução na desigualdade. Salienta-se novamente que o valor positivo indica contribuição para reduzir a desigualdade. No Nordeste, foram as despesas em saúde (162,4%), aluguel (157,0%) e alimentação no domicílio (91,8%); no Sudeste, foram saúde (105,5%), alimentação fora do domicílio (39,9%) e alimentação no domicílio (30,0%); já no Sul, foram as despesas em saúde (81,3%), aluguel (53,3%) e serviços e taxas (26,9%); por fim, no Centro-Oeste, foram as despesas em aluguel (74,9%), saúde (25,5%) e educação (22,95) que se destacaram para a queda da desigualdade.

Por outro lado, há também os gastos com variação negativa, que contribuíram para aumentar a desigualdade nesse primeiro período. Na Região Norte, as despesas que mais contribuíram para aumentar a desigualdade foram em cesta básica, serviços e taxas e manutenção do lar; no Nordeste e Sul, foram as despesas em transporte privado, cesta básica e manutenção do lar; no Sudeste, foram as despesas em manutenção do lar, transporte privado e serviços domiciliares; e no Centro-Oeste, foram as despesas em cesta básica, manutenção do lar e serviços domiciliares.

No segundo período, de 2008 para 2017, as despesas que mais contribuíram para reduzir a desigualdade foram, principalmente, as despesas do grupo de gastos em habitação. Na Região Norte, os gastos que mais contribuíram para reduzir a desigualdade foram as despesas com serviços e taxas (45,6%), cuidados pessoais (29,5%) e aluguel (28,1%); na Região Nordeste, foram as despesas com transporte privado (39,7%), serviços e taxas (19,7%) e cuidados pessoais (16,5%); já no Sudeste, foram as despesas com transporte privado (41,2%), aluguel (31,2%) e serviços e taxas (20,4%); no Sul, foram as despesas com transporte privado (33,0%), manutenção do lar (21,6%) e aluguel (20,1%); e no Centro-Oeste, foram as despesas com transporte privado (25,5%), alimentação fora do domicílio (17,5%) e serviços e taxas (16,4%).

Tabela 5 – Decomposição da variação do Índice de Gini (ΔG) em percentual para a distribuição dos gastos em consumo *per capita* para as regiões, 2002 para 2008 e 2008 para 2017

Despesas	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	02-08	08-17	02-08	08-17	02-08	08-17	02-08	08-17	02-08	08-17
Alimentação	-68,2	-13,7	-7,7	7,2	51,2	-21,6	-18,9	6,4	-30,9	31,5
Cesta Básica	-128,1	-31,6	-145,6	-9,2	-35,0	-14,5	-50,5	-5,4	-30,3	0,0
Em Casa	35,3	-21,2	91,8	-6,8	30,0	-9,1	19,9	-3,8	4,1	-1,6
Fora de Casa	30,0	-1,0	25,2	2,3	39,9	-14,3	15,2	0,1	-6,8	17,5
Fumo	-9,9	-0,8	-1,9	-1,0	-0,1	-1,4	3,2	0,0	-1,7	-0,8
Vestuário	2,6	11,5	-3,2	5,7	6,0	-2,0	-12,6	5,0	2,8	1,8
Cuidados Pessoais	1,9	29,5	25,9	16,2	10,4	19,7	6,0	10,5	1,0	14,6
Habitação	37,5	78,7	164,3	46,5	-64,1	81,3	8,8	56,7	60,1	41,0
Manutenção	-12,1	6,8	-53,9	13,1	-70,3	18,0	-69,3	21,6	-16,6	14,1
Aluguel	52,5	28,1	157,0	15,4	6,4	31,2	53,3	20,1	74,9	5,7
Serviços e Taxas	-35,7	45,6	-5,2	19,7	3,9	20,4	26,9	10,9	-1,2	16,4
Móveis e Eletro	26,8	2,2	43,4	2,2	-5,0	12,0	1,2	4,1	5,1	4,7
Limpeza	4,8	-3,7	19,2	-3,8	0,3	-0,3	-1,8	-0,2	-1,5	0,1
Consertos	1,1	-0,3	3,8	-0,1	0,5	0,0	-1,5	0,2	-0,6	0,0
Serviços	88,4	27,9	235,4	10,7	152,7	23,0	139,5	9,2	64,1	11,3
Recreação	38,9	11,7	70,3	5,2	29,1	6,1	23,5	4,2	17,5	2,4
Educação	-6,2	10,0	16,0	8,6	26,9	3,1	20,2	3,4	22,9	5,4
Saúde	67,0	2,6	162,4	-0,4	105,2	15,4	81,3	2,8	25,5	2,9
Domiciliares	-0,3	-0,9	-15,7	-2,7	-35,4	-0,9	21,2	-2,8	-8,4	2,5
Pessoais	-5,3	3,8	1,9	1,7	6,3	2,2	1,5	1,2	2,3	0,8
Profissionais	-5,8	0,7	0,6	-1,6	20,7	-2,8	-8,1	0,3	4,3	-2,7
Transportes	35,5	14,3	-284,9	36,4	-35,1	23,6	-29,7	29,0	12,6	20,8
Privado	-9,3	26,4	-317,0	39,7	-58,8	41,2	-37,9	33,0	8,8	25,5
Público	44,8	-12,1	32,2	-3,3	23,7	-17,6	8,2	-4,0	3,7	-4,7
Diversas	6,9	-7,3	-7,0	-0,7	-4,7	-6,3	0,3	-1,2	-5,8	-4,5
Consumo	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Δ Gini	-0,01	-0,02	-0,00	-0,04	-0,01	-0,02	-0,01	-0,05	-0,02	-0,04

Fonte: Elaborado na pesquisa a partir das informações das POFs do IBGE.

Por outro lado, nesse segundo período, destacam-se algumas despesas que contribuíram para aumentar a desigualdade ou não permitiram uma queda na desigualdade ainda maior. Na Região Norte, as despesas que mais contribuíram para aumentar a desigualdade foram as despesas em serviços e taxas, cuidados pessoais e aluguel; no Nordeste, foram as despesas em transporte privado, serviços e taxas e cuidados pessoais; no Sudeste, foram as despesas em transporte privado, aluguel e serviços e taxas; no Sul, foram as despesas em transporte privado, manutenção do lar e aluguel; no Centro-Oeste, foram as despesas em transporte privado, alimentação fora do domicílio e serviços e taxas.

Portanto, esses resultados evidenciam que a despesa em saúde foi importante na redução da desigualdade em todas as regiões no primeiro período, principalmente no Nordeste e no Sudeste. Já as despesas em habitação, principalmente as despesas com serviços e taxas e manutenção do lar, têm um papel importante na redução da desigualdade na distribuição do consumo no segundo período. As despesas com habitação apresentaram importante contribuição para reduzir a desigualdade apenas na Região Sul no primeiro período; já no segundo período, também têm grande importância em todas as regiões, principalmente no Norte.

Assim, verifica-se redução na desigualdade da distribuição dos gastos em consumo em todas as regiões do Brasil. Porém, tanto a magnitude dessa queda quanto os itens da cesta de consumo que mais contribuíram para esse comportamento foram heterogêneos entre as regiões do País.

Como exemplo, a redução da participação da cesta básica no consumo total das famílias teve maior impacto nas Regiões Norte e Nordeste do País, que são as mais pobres, do que nas demais, relativamente mais ricas.

3.3 Discussão

Este trabalho se preocupou em analisar a desigualdade na distribuição dos gastos em consumo, buscando verificar a evolução do perfil da cesta de consumo das famílias nas regiões brasileiras. Para isso, o trabalho decompôs a variação da desigualdade na distribuição do consumo a fim de identificar quais despesas mais contribuíram para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo total.

Inicialmente, verificou-se que a desigualdade na distribuição dos gastos em consumo apresentou redução no período estudado, em que o índice de Gini foi de 0,529 para 0,488, de 2002 para 2017, ou seja, uma redução de 7,7%. Da mesma forma, a desigualdade na distribuição da renda disponível também tem queda de 9%, em que o índice de Gini varia de 0,574 para 0,522, no mesmo período. Esse resultado se assemelha aos obtidos por Attanasio, Hust e Pistaferri (2012) e Attanasio e Pistaferri (2016) para os EUA, em que a desigualdade na distribuição dos gastos em consumo é menor do que da renda disponível. Adicionalmente, ao longo dos anos, as mudanças na desigualdade da distribuição dos gastos em consumo seguem a tendência observada na distribuição da renda disponível, como no caso brasileiro, com redução no período estudado.

Apesar dessa redução verificada, o nível de desigualdade das distribuições analisadas para o Brasil ainda é alto, o que impacta o seu bem-estar social. Segundo Lustig (2020), de 1992 para 2017, a desigualdade na distribuição da renda de países da América Latina em geral diminuiu, inclusive no Brasil, o que corrobora os resultados da Tabela 1, para a redução da desigualdade na distribuição da renda *per capita* familiar. Porém, entre vários países da América Latina, o Brasil apresentou a maior desigualdade na distribuição da renda, tanto em 1992 quanto em 2017. Esse dado mostra que mesmo com a redução da desigualdade, quando comparado a países mais próximos e semelhantes, o Brasil ainda é muito desigual.

Nessa queda da desigualdade, destaca-se o comportamento de alguns itens da cesta de consumo, como saúde, alimentação e habitação. Ademais, pode-se ressaltar a importância de políticas públicas para ampliar o acesso e a diversificação de itens consumidos pelas famílias, que contribuíram para aumentar o nível de bem-estar no País.⁵

Inicialmente, a despesa em saúde foi importante na redução da desigualdade em todas as regiões, principalmente nas Regiões Nordeste e Sudeste de 2002 até 2008. O estudo de Garcia *et al.* (2013) e os dados do TabNet DataSUS mostram que, na primeira década dos anos 2000, o SUS aumentou sua cobertura. Em dezembro de 2002, o percentual de famílias no cadastramento familiar de atenção básica do SUS em relação à população brasileira era de 49% e, em dezembro de 2008, esse percentual era de 59%. Esse aumento da cobertura proporcionou às famílias redução nos gastos com saúde, entretanto o número de pessoas cadastradas na atenção básica era de 86 milhões em 2002 e passou a ser 113 milhões em 2008, o que corresponde a um crescimento médio anual de 4,6% a.a.

No entanto, se selecionados apenas municípios de extrema pobreza⁶, esse aumento anual de famílias cadastradas na atenção básica foi de apenas 4% ao ano. Portanto, ao selecionar apenas os municípios de extrema pobreza, o aumento de famílias cadastradas na atenção básica foi menor

5 Para verificar a robustez desses resultados, essas decomposições também foram realizadas considerando o índice de Mehran, que tem maior sensibilidade na cauda inferior da distribuição, e o índice Piesch, que tem maior sensibilidade na cauda superior da distribuição, por região do Brasil, cujas variações em geral também são similares aos resultados para o índice de Gini, que tem maior sensibilidade na moda da distribuição.

6 Municípios de extrema pobreza são aqueles cuja renda *per capita* se encontra abaixo de um quarto do salário mínimo.

do que o aumento em todo o Brasil. Quanto maior o aumento na atenção básica, mais as famílias podem deixar de gastar com saúde. Assim, esse menor aumento de famílias cadastradas na atenção básica em municípios de extrema pobreza se reflete em menores taxas de redução no gasto com saúde entre as famílias mais pobres do que em famílias mais ricas, o que pode ter colaborado para a redução da desigualdade na distribuição dos gastos com saúde.

Já no período de 2008 para 2017, os gastos com saúde das famílias aumentaram. Após 2008, o número de famílias cadastradas na atenção básica continuou aumentando até 2012, quando a proporção foi de 62% das famílias brasileiras. O aumento do número de famílias cadastradas na atenção básica foi de 1,7% a.a.; embora tenha ocorrido crescimento, foi inferior ao observado de 2002 até 2008. Contudo, após 2012, esse número sofre reduções, chegando em 2014 a 57% das famílias brasileiras e, em 2015, o último ano com dados disponíveis no TabNet DataSUS, a apenas 45%. De 2008 até 2015, o número de famílias cadastradas na atenção básica diminuiu 2,97% a.a. Ademais, considerando o número de pessoas cadastradas apenas em municípios de extrema pobreza, a redução foi de 3,14% a.a., ou seja, a cobertura na atenção básica se reduziu mais em municípios de extrema pobreza do que em todo o Brasil.

Entre os grupos de despesa, em todas as regiões, aquelas em alimentação e cuidados pessoais apresentaram aumento na participação de 2002 para 2008, mas de 2008 para 2017 houve redução. Isso evidencia que, no primeiro período, o aumento da renda foi utilizado para sanar a fome dessas regiões. No segundo período, a fome nessas regiões ainda é uma realidade para muitas famílias, mas um problema muito menor, o que possibilitou às famílias direcionar rendas para outras despesas.

Ademais, a despesa com alimentação, que é composta por três itens, sendo eles a cesta básica, a alimentação no domicílio e a alimentação fora do domicílio, contribuiu para aumentar a desigualdade, com exceção do Sudeste no primeiro período e do Centro-Oeste no segundo período, onde a despesa com alimentação contribuiu para reduzir a desigualdade. No período anterior, de 1995 para 2002, Silveira Neto e Menezes (2010) observaram que a despesa em alimentação na região metropolitana de Recife contribuiu para reduzir a desigualdade, já na região metropolitana de São Paulo, a despesa contribuiu para o aumento. Os autores atribuíram esse resultado a programas de transferências de renda, que foram mais relevantes no Nordeste. Uma explicação para o resultado do atual trabalho seria que a despesa com alimentação é menos desigual, porém reduziu sua participação no orçamento familiar, o que contribuiu para o aumento da desigualdade na distribuição do consumo, principalmente pelo efeito participação.

De fato, deve-se destacar a importância do Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 a partir da unificação e ampliação de programas existentes. Segundo Manques *et al.* (2003), em dezembro de 2003, a Região Nordeste continha 69,1% dos beneficiários do programa, a Região Sudeste 19,1%, a Região Norte 8%, o Centro-Oeste 2,4% e a Região Sul 1,4%. Com isso, verificou-se que a maioria dos beneficiários estavam no Nordeste. Em 2010, segundo Facioli e Sirqueira (2017), a Região Nordeste tem alta cobertura do Bolsa Família e alta taxa de pobreza. Já na Região Norte, mesmo com alta taxa de pobreza, a cobertura do Programa não é tão expressiva, como no Nordeste. Segundo Souza *et al.* (2019), em 2017, o PBF beneficiava 13,3 milhões de famílias, o que representava cerca de um quinto da população brasileira.

Já Vaz e Hoffmann (2020) verificaram redução nos gastos com alimentação tanto de 2002 para 2008 quanto de 2008 para 2017. Porém, o gasto com alimentação fora do domicílio aumentou a despesa familiar média de 2002 para 2008 e diminuiu de 2008 para 2017. Para os autores, esse resultado pode ser explicado pela crise econômica após 2014, uma vez que a despesa com alimentação fora do domicílio é mais elástica em relação à renda do que a despesa com alimentação no domicílio.

O grupo de despesas com habitação, de 2002-2003 para 2007-2008, reduziu a desigualdade nas Regiões Norte (de 0,452 para 0,447), Nordeste (de 0,487 para 0,470) e Centro-Oeste (de

0,462 para 0,437) e apresentou aumento na desigualdade nas Regiões Sudeste (de 0,440 para 0,459) e Sul (de 0,426 para 0,427). Porém, de 2008 para 2017, em todas as regiões, o grupo de despesas com habitação apresentou redução na desigualdade em todas as regiões; no Norte, a desigualdade se reduziu a 0,402, no Nordeste, a 0,416, no Sudeste, a 0,418, no Sul, a 0,355, e no Centro-Oeste, a 0,386.

De 2008 para 2017, as despesas com serviços e taxas aumentaram a participação no orçamento das famílias e contribuíram para a redução na desigualdade em todas as regiões. Uma possível explicação seria a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que afetou principalmente as famílias mais pobres. Assim, pode-se dizer que serviços de água, esgoto, energia elétrica, assinatura de TV e internet e reforma do domicílio passaram a ser mais igualitários entre as famílias.

Em 2009, o governo Lula lançou o PMCMV, por meio da lei nº 11.977, de 07 de julho, que deu condições acessíveis de financiamento para milhões de famílias adquirirem a casa própria. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, até o final de 2018, o programa fez 5,3 milhões de contratos e entregou 4,6 milhões de unidades habitacionais e, até junho de 2020, um total de 5,8 milhões contratos e 4,9 milhões de unidades habitacionais. A maioria dos contratos até 2013 era destinada para a faixa 1 de beneficiários (com renda de até R\$ 1.800,00 mensais); a partir de 2014, a maioria dos contratos foi destinada para beneficiários da faixa dois (com renda de R\$ 2.600,00 até R\$ 4.000,00). Mesmo a faixa dois ganhando maior participação entre os beneficiários, a faixa um ainda representa uma parte considerável dos contratos, sendo que, em 2018, a faixa um representava 20% dos novos beneficiários, e a faixa dois, 47%.

Muitos dos beneficiários do PMCMV, antes de se beneficiarem do programa, viviam em condição de vulnerabilidade, sem serviços como água encanada, esgoto e energia elétrica, ou tinham esses serviços de maneira ilegal ou ainda de qualidade inferior. Após adquirirem imóveis formais, essas famílias passaram a usufruir de serviços a que antes não tinham acesso, porém tiveram que arcar com despesas relacionadas a esses serviços de habitação. Nishimura e Sampaio (2016), por exemplo, mostraram que programas de habitação retiram famílias das condições de vulnerabilidades e têm impacto na redução da mortalidade infantil e na melhora das condições de saúde por oferecer a essas famílias água e esgoto encanados.

Nos resultados apresentados neste trabalho, essas despesas foram tratadas como serviços e taxas, entretanto outras despesas podem estar relacionadas com habitação e podem ser afetadas, como despesas com reformas do lar ou até mesmo despesas com aluguel, através da maior oferta de imóveis de menor custo e menor procura por imóveis de aluguel, com a redução do déficit habitacional proporcionado pelo programa.

Portanto, verificou-se que no período ocorreu uma maior diversificação nos gastos das famílias, que em geral propiciaram redução da desigualdade na distribuição do consumo, porém a desigualdade ainda se encontra em um nível elevado, e persistem importantes diferenças regionais. Nota-se que as políticas públicas têm grande impacto no bem-estar das famílias, suavizando choques de oferta, transferindo renda e promovendo melhores condições básicas de saúde e moradia para os mais vulneráveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a desigualdade na distribuição dos gastos em consumo nas grandes regiões brasileiras, com base em informações das POFs de 2002-2003, de 2008-2009 e de 2017-2018, bem como identificar os itens que mais impactaram no comportamento da desigualdade. Os gastos em consumo foram divididos em vinte componentes, agrupados em quatro categorias, que são alimentação e cuidados pessoais, habitação, serviços e transporte, além das despesas diversas com os gastos que não pertenciam a nenhum desses segmentos.

A desigualdade na distribuição dos gastos em consumo se reduziu no período estudado, acompanhando as quedas também observadas nas distribuições da renda e da renda disponível. Porém, a desigualdade na distribuição da renda diminuiu mais entre 2002 e 2008; já na distribuição do consumo, a desigualdade se reduziu mais após 2008 – a diferença na curva de Lorenz é maior entre 2008 para 2017 do que de 2002 para 2008. Tanto de 2002 para 2008 quanto de 2008 para 2017, o aumento da renda *per capita* foi maior do que o aumento no consumo *per capita*. Além disso, o aumento da renda *per capita* foi maior de 2002 até 2008 do que após 2008, porém a renda disponível *per capita* aumentou mais no segundo período, assim como o consumo *per capita*.

Os resultados evidenciam redução na desigualdade na distribuição do consumo, principalmente devido à queda da desigualdade nas despesas de habitação em todas as regiões, especialmente nas Regiões Sul e Centro-Oeste, onde foi observada a maior redução. As despesas com aluguel, serviços e taxas e manutenção do lar foram as despesas no grupo de gastos com habitação que mais contribuíram para reduzir a desigualdade no consumo total.

Em todas as regiões, no segundo período, a despesa com serviços e taxas em habitação foi importante na redução da desigualdade, e na Região Norte foi a despesa que mais contribuiu para reduzir a desigualdade na distribuição do consumo total. Ademais, analisando-se os outros índices de desigualdade para as regiões, essas diferentes medidas de desigualdade não trouxeram grandes diferenças em relação à contribuição das despesas para reduzir ou aumentar a desigualdade na distribuição do consumo total.

A participação dos gastos em transportes é mais alta no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No primeiro período, as despesas em transporte privado contribuíram para aumentar a desigualdade e, no segundo, para reduzir. Porém, no Centro-Oeste, essas despesas contribuíram para reduzir a desigualdade na distribuição dos gastos em consumo em ambos os períodos.

No período analisado, houve importantes políticas públicas que contribuíram para a redução da desigualdade na distribuição do consumo, como a valorização do salário mínimo e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. A atenção básica de saúde, ou a falta dela, tem grande impacto na desigualdade no consumo via gastos de saúde, e a menor assistência de serviços de saúde tem relação com o aumento dos gastos de saúde entre os mais pobres a partir de 2008. Já o PMCMV ampliou os gastos relacionados à moradia por parte dos mais pobres, oferecendo a essas famílias serviços básicos como água e esgoto encanado, o que fez reduzir a desigualdade no gasto relacionado com habitação, com ênfase da contribuição das despesas com serviços e taxas em habitação na redução da desigualdade do consumo total na Região Norte.

Nesse sentido, os resultados sugerem queda na desigualdade dos gastos das famílias no País no período, com as políticas públicas cumprindo papel importante nesse processo. No entanto, ainda se observam importantes disparidades regionais e um nível de desigualdade ainda elevado no bem-estar da população brasileira, especialmente nas Regiões Nordeste e Sudeste.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. R.; LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. F. Inserção digital e desigualdades na demanda por cultura no Brasil. **Nova Economia**, v. 29, n. Suplemento Especial, p. 1221-1247, 2019.
- ATKINSON, A. B. **Desigualdade**: O que pode ser feito? Lisboa: Leya, 2016. 432 p.
- ATTANASIO, O. P.; PISTAFERRI, L. Consumption inequality. **Journal of Economic Perspectives**, v. 30, n. 2, p. 3-28, 2016.
- ATTANASIO, O.; HURST, E.; PISTAFERRI, L. The evolution of income, consumption, and leisure inequality in the US, 1980-2010. In: CARROLL, C. D.; CROSSLEY, T. F.; SABELHAUS, J. (Editors). **Improving the Measurement of Consumer Expenditures**. Chicago: National Bureau of Economic Research, 2012. p. 100-140.
- BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos avançados**, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos avançados**, v. 30, n. 87, p. 103-121, 2016.
- CASTRO, P. F.; MAGALHÃES, L. C. G. Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: evidências recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) -1995/1996. IPEA: Rio de Janeiro. **Texto para Discussão**, n. 614, 1998.
- COELHO, A. B.; AGUIAR, D. R. D.; FERNANDES, E. A. Padrão de consumo de alimentos no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 2, p. 335-362, 2009.
- CORSEUIL, C.; FOGUEL, M. Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas do IBGE. IPEA: Rio de Janeiro. **Texto para Discussão**, n. 897, 2002.
- CURI, A. Z.; MENEZES FILHO, N. A. Determinantes dos gastos com educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 40, n. 1, 2010.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Metodologia da pesquisa nacional da cesta básica de alimentos**. São Paulo, 2016.
- FACIROLI, J.; SIRQUEIRA, T. F. M. Análise espacial da taxa de cobertura do Programa Bolsa Família para os municípios brasileiros. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 2, p. 118-137, 2017.
- GARCIA, L. P. *et al.* Gastos com saúde das famílias brasileiras residentes em regiões metropolitanas: composição e evolução no período 1995-2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 115-128, 2013.
- HOFFMANN, R. Decomposition of Mehran and Piesch inequality measures by factor components and their application to the distribution of *per capita* household income in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 149- 171, maio 2004.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006.

HOFFMANN, R. Desigualdade da renda e das despesas *per capita* no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar. **Economia e sociedade**, v. 19, n. 3, p. 647-661, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JONES, C. I.; KLENOW, J. Beyond GDP? Welfare across countries and time. **American Economic Review**, v. 106, n. 9, p. 2426-57, 2016.

LEITE, F. P. Como o grau de desigualdade afeta a propensão marginal a consumir? Distribuição de renda e consumo das famílias no Brasil a partir dos dados das POF 2002-2003 e 2008-2009. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 617-650, 2015.

LUSTIG, N. Desigualdad y descontento social en América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 286, p. 53-61, 2020.

MARQUES, R. M. *et al.* A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS–Resultados**, v. 2, 2004.

MENEZES, T. *et al.* O gasto e a demanda das famílias em saúde: uma análise a partir da POF de 2002-2003. In: SILVEIRA, F. G. *et al.* **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2006, p. 313-344.

NISHIMURA, F.; SAMPAIO, B. Efeito da habitação sobre a mortalidade infantil: evidências de um desenho de regressão descontínua. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2015. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPEC, 2015. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i12-26dbb06b90392b99893f21215a253835.pdf

PINTOS-PAYERAS, J. A. **A carga tributária no Brasil e sua distribuição**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2008.

ROCHA, C. Developments in national policies for food and nutrition security in Brazil. **Development Policy Review**, v. 27, n. 1, p. 51-66, 2009.

SANTANA, P. J.; MENEZES, T. A. Diferenças raciais no padrão de gastos com educação: uma abordagem semiparamétrica. **Nova Economia**, v. 19, n. 3, p. 383-405, 2009.

SANTOS, I. C. M. A Distribuição do Consumo: uma análise das Regiões Brasileiras através da POF 2002-2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008.

SILVEIRA NETO, R. M.; MENEZES, T. A. Nível e evolução da desigualdade dos gastos familiares no Brasil: uma análise para as regiões metropolitanas no período 1996 a 2003. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 2, p. 341-372, 2010.

SOARES, S. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 83-115, 2006.

SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Texto para discussão. IPEA: Rio de Janeiro. **Texto para discussão**, n. 2499, 2019.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Elasticidade-renda e concentração das despesas com alimentos no Brasil: uma análise dos dados das POF de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. **Revista de Economia**, v. 41, n. 75, 2020.